

Requerimento aprovado por unanimidade
na reunião de CAEDLG de 30.6.2021,
na ausência do CDS-PP, do PAN e do
DURP do CH, tendo sido deliberado
cometer à SIND a realização
de audição.

N.º 680086
969/1-CAEDLG/xiv
25/06/2021



Exmo/a. Senhor/a Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais,
Direitos, Liberdades e Garantias, Luís Marques Guedes

Assunto: Requerimento de audição com carácter de urgência da Sra. Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e da Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade no seguimento da não assinatura da carta sobre direitos LGBTI+ na Hungria

A 15 de junho de 2021, o Parlamento húngaro aprovou um pacote legislativo que proíbe campanhas de sensibilização para a defesa dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI+) junto de menores, restringindo ainda o acesso à educação sexual nas escolas, deixando essas formações a cargo de um grupo de organizações fixadas pelo Governo.

O direito à igualdade e à não discriminação está consagrado na Convenção Europeia de Direitos Humanos, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e em vários tratados internacionais. Esta legislação resulta numa gritante violação dos Direitos Humanos e perpetua o clima de violência, perseguição e discriminação das pessoas LGBTI+, que tem vindo a aumentar no contexto europeu, nomeadamente em países como a Polónia. Acresce a esta realidade o aumento do discurso e crimes de ódio, reforçado não só por estas medidas, como em fóruns mediáticos por figuras com responsabilidade política quer nestes dois países, quer no contexto alargado do panorama geopolítico internacional, nomeadamente em Portugal.

Por decisão do Governo, o Estado português não se juntou a outros 13 Estados-membros que subscreveram uma carta aberta ao Governo da Hungria a manifestar o seu repúdio pela aprovação de uma lei que discrimina a população LGTBI+, tendo a Sra. Secretária de Estado dos Assuntos Europeus justificado esta decisão com o “dever de neutralidade” do exercício da presidência do Conselho da União Europeia. Foram várias as vozes políticas e sociais contrárias a este posicionamento, por ter sido erradamente assemelhado ao conceito de “mediação honesta” / “honest broker”. O Governo acabou por não indicar se e quando assinaria esta carta, principalmente a partir de 1 de julho, não havendo também posicionamentos claros públicos por parte da tutela, nomeadamente via Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

No seguimento do acima exposto, o Grupo Parlamentar do PAN vem, por este meio, solicitar a realização de uma audição com carácter de urgência da Sra. Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e da Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, com vista procurar obter esclarecimentos, como sejam relativos a:

Distribuído a 25/06/2021

- Justificação da decisão do Governo face a uma realidade tão alarmante;
- Ações diplomáticas planeadas pelo Governo na garantia dos Direitos Humanos no contexto europeu;
- Resposta em relação à assinatura da carta a 1 de julho;

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2021

As deputadas e o deputado,

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real

Nelson Silva